



OBSERVATÓRIO
PORTUGUÊS
DE BOAS PRÁTICAS
LABORAIS

PORTUGUESE
OBSERVATORY
OF GOOD LABOR
PRACTICES

Cadernos Eletrónicos OPBPL

OPBPL e-Working Papers (ISSN 2182-8393)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL

Objetivos

Os Cadernos Eletrónicos do OPBPL visam tornar acessível e rapidamente legível informação essencial e boas práticas em matéria de organização do trabalho, negociação coletiva, gestão de recursos humanos, relações laborais, responsabilidade social empresarial, inclusão e sustentabilidade, e estatísticas sobre o mercado de trabalho.

Comissão Editorial

Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida*, OPBPL-CIES-ISCTE-IUL* Coordenador

Professor Dr. Afonso Pires Diz, Conselho Coordenador USI

Professor Dr. Álvaro Carneiro, OPBPL-ISCTE-IUL

Professora Dra. Ana Rijo da Silva, RH Magazine

Professora Mestre Cláudia Torres, OPBPL-CIES-ISCTE-IUL

Professora Doutora Cristina Parente, Universidade do Porto

Professor Dr. Pedro Rebelo de Sousa, Instituto Português de Corporate Governance



A Responsabilidade dos Bancos para com o Ambiente e sociedade

A Responsabilidade dos Bancos para com o Ambiente e sociedade: uma utopia, uma necessidade ou uma realidade?

Autoria: Sofia Santos

Resumo

Os temas da sustentabilidade quando ligados às empresas, focalizam-se na forma como as organizações impactam o ambiente e a comunidade envolvente e nas suas práticas de gestão. Estes fatores, usualmente chamados de ESG factors (environmental, social and governance), têm ganho ao longo dos últimos 20 anos uma importância crescente. A sociedade em geral, e os organismos internacionais, têm vindo a induzir as empresas a implementar ações que ambicionem, progressivamente, minimizar os seus impactos ambientais negativos e promover a inclusão social das populações. Os bancos como financiadores e alocadores de investimento têm o poder de induzir a forma como o dinheiro é utilizado nos investimentos, podendo portanto também alocar, indiretamente, a exploração dos recursos naturais e o bem-estar das populações.

Este artigo pretende dar uma visão geral sobre a forma como o tema das boas práticas ambientais têm vindo a ser implementados pela Banca, apontando potenciais caminhos futuros, resultantes da crise financeira de 2008-2009 que enfatizou a responsabilidade do setor bancário junto da sociedade em geral.

1 | O verdadeiro impacte ambiental do banco

O principal impacte das instituições financeiras é o impacte indireto da sua atividade principal – empréstimos – que pode estimular ou desencorajar o desenvolvimento de setores económicos, produtos e serviços específicos (Barannik, p. 247 citado em Bouma et al., 2001). A sua influência no desenvolvimento económico não é apenas quantitativo, mas também qualitativo uma vez que podem induzir em que direção o crescimento económico pode ocorrer (Jeucken, 1999). Através dos seus empréstimos às empresas os Bancos estão também a alocar a utilização dos recursos naturais que são necessários para produzir os bens e serviços que essa empresa vai comercializar. Por outro lado, através dos empréstimos aos consumidores, os Bancos estão também indiretamente a promover indústrias específicas via incentivo ao consumo desses bens. Isto significa que o impacte ambiental dos bancos é bastante mais profundo do que inicialmente se poderia pensar, uma vez que os bancos têm o chamado poder estrutural sobre outros setores, podendo induzir esses setores numa determinada direção de desenvolvimento.

2 | O poder estrutural dos Bancos

“A movimentação de dinheiro está intrinsecamente ligada ao movimento de matérias primas, bens acabados, trabalho e, em última instância, com a qualidade do ambiente ... se queremos atingir o desenvolvimento sustentável temos de estar dispostos a financiá-lo.” Sarokin e Schulkin (1991).

A importância da incorporação dos aspetos ambientais ao nível do setor bancário, tem uma relevância acrescida quando comparada com outros setores, uma vez que os Bancos têm um papel central no sistema económico. (Levine, 2004). É possível afirmar que o setor financeiro pode induzir as atividades de outros *stakeholders* que dependem do seu apoio financeiro para desenvolver as suas atividades, o que significa que o financiamento afeta o tamanho e a evolução do sistema económico (Schaper, 2008).

De acordo com Levine (2004) *“os sistemas financeiros produzem informação ex ante acerca de possíveis investimentos e alocam capital; monitorizam investimentos e exercem*

um nível de corporate governance após financiamento; facilitam as trocas, diversificação e a gestão do risco; mobilizam e agregam poupanças e facilitam a troca de bens e serviços". Assim, dinheiro e sistema financeiro são instrumentos chave em prol de uma alocação ótima dos bens físicos (Soppe, 2004). O setor bancário assume uma importância relevante na promoção de boas práticas ambientais junto de outros setores, uma vez que tem um poder estrutural e uma eficiência específica a ele associada (Diamond, 1984; Boyd e Prescott, 1985; Diamond 1991). Quando um Banco usa critérios não usuais ao nível do mercado, como por exemplo, as preocupações ambientais, eles estão a utilizar *"...o seu poder estrutural para tornar os projetos mais amigos do ambiente"* (Schaper, 2008,p. 2).

Apesar da inexistência de consenso entre os economistas em relação ao papel do setor financeiro no crescimento económico, Levine (2004) assume que existe *"um conjunto crescente de evidências (...) que o desenvolvimento financeiro, exerce um impacte de primeira ordem no crescimento económico"* (Levine, 2004). A existência de tal impacte tem sido evidente com a atual crise financeira e suas consequências na economia real.

Os Bancos são também um dos principais *stakeholders* com poder para promover e induzir investimento através da oferta de serviços financeiros para quem poupa e para quem quer investir. Na realidade, nos anos 70, as empresas nos países da OCDE têm aumentado a sua dependência dos financiamentos de Bancos, de forma a poderem continuar a desenvolver os seus negócios (Richardson, 2005). De acordo com Jeucken (1999) *"Em muitos países, os Bancos são os intermediário financeiros mais importantes na economia"*. Isto significa que a responsabilidade dos bancos não deve ser vista como exclusivamente maximizar os dividendos dos acionistas, mas também deve incluir uma análise sobre os impactes positivos e negativos que pode ter sobre a economia real.

3 | O que podem os Bancos fazer?

Para utilizar o seu poder estrutural em prol das boas práticas ambientais (e sociais) os Bancos podem desenvolver 3 abordagens diferentes (Thompson, 1998) que passem pela gestão do risco ou criação de produtos:

- Podem analisar “como” e “se” os recetores dos financiamentos estão a cumprir com os *standards* ambientais, podendo também negar empréstimos àqueles que não cumprem com esses standards;
- Podem encorajar os credores a adotarem práticas ambientais, fornecendo-lhes informação acerca desses temas e acerca dos potenciais riscos ambientais que afetam vários setores;
- Podem desenvolver produtos financeiros que promovam a diminuição do impacte ambiental das atividades dos agentes económicos. Por exemplo, os Bancos podem ter linhas de financiamento específicas para setores assentes em tecnologias limpas, ou mesmo oferecer empréstimos com taxas de juro mais baixas para aqueles setores com um impacte positivo a nível ambiental.

É interessante notar que hoje se podem encontrar exemplos destas 3 possibilidades, sendo mais difícil encontrar Bancos que tenham critérios de análise ambiental aplicáveis nas suas várias áreas de negócio. Isto pode significar que os Bancos ainda não estão conscientes das implicações que os riscos ambientais podem ter no seu negócio, o que nos poderia levar a equacionar se os modelos de análise de risco estão atualizados face aos riscos emergentes que as empresas de defrontam.

4 | Alguns exemplos

Tal como identificado no estudo “Benchmarking Credit Policies of International Banks”¹, publicado em 2008 pelo Bank Track², existem já alguns Bancos que podem ser vistos como as boas práticas existentes ao nível da inclusão de análise de riscos ambientais na concessão de crédito.

¹ Estudo Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporate-social-responsibility/reporting-disclosure/swedish-presidency/files/surveys_and_reports/mind_the_gap_benchmarking_credit_policies_of_international_banks_en.pdf.

² O Bank Track é uma ONG que analisa a forma como os bancos investem o dinheiro dos seus depositantes: www.banktrack.org

Um estudo³ realizado pela Sustentare⁴ em 2009 analisou em detalhe as práticas de 8 Bancos que são referenciados pelo Bank Track como tendo boas práticas ao nível da análise de riscos, com o objectivo de identificar quais as medidas em termos de avaliação de risco de crédito ambiental que aplicam. Os Bancos analisados foram: ANZ, Barclays, Westpac, Citi, HSBC, Santander, Triodos e Co-operative.

Neste estudo, tentou-se assim analisar as práticas dos chamados Bancos *mainstream*, bem como aquelas dos chamados Bancos “Éticos” (Triodos e Cooperative).

Principais conclusões da análise os Bancos *mainstream* foram as seguintes:

Todos os Bancos afirmam já incluir critérios ambientais nas análises de risco de crédito que efetuam. No entanto, fazem-no usando diferentes abordagens e diferentes níveis de aprofundamento e abrangência.

Todos afirmam realizar análises de risco ambiental, no entanto fazem-no apenas para os setores considerados de risco.

Apesar de todos os grandes Bancos analisados já incluírem critérios ambientais nas suas análises de risco para as operações de Project Finance que envolvem montantes acima dos 10 milhões de USD (resultado da sua adesão aos Princípios de Equador), na prática apenas alguns começaram a estender este tipo de análise a todo o tipo de créditos concedidos às empresas.

Principais conclusões para os Bancos “Éticos” foram:

O Triodos e o Co-operative dão a máxima importância aos assuntos relacionados com a biodiversidade e com a produção, distribuição e consumo de energia. Para além disso, os setores de atividade em relação aos quais demonstram maiores cuidados são o agrícola, o

³ O Estudo pode ser obtido em: <http://www.bancaambiente.org/pdf/doc.Inclusao.pdf>

⁴ A Sustentare é uma empresa de consultoria em Sustentabilidade (www.sustentare.pt) com projetos desenvolvidos no tema da banca sustentável em conjunto com Nações Unidas (www.bancaambiente.org)

energético e o das pescas. Para estes assuntos e para estes setores, os Bancos éticos, para além de possuírem critérios de avaliação de risco ambientais bem definidos, possuem políticas

que definem a não concessão de créditos a empresas de setores que prejudiquem o ambiente.

Estes Bancos optam por estas políticas, não apenas por considerarem que os aspetos ambientais podem deteriorar a qualidade da sua carteira de créditos, mas também porque é a sua missão:

- O Triodos adota esta postura uma vez que tem como missão financiar projetos que contribuam positivamente para o valor cultural e que beneficiem pessoas e ambiente, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável
- O Co-operative Bank afirma que é responsável para com os seus clientes e membros, tendo como bases da sua criação um conjunto de princípios e valores de justiça e responsabilidade social associada ao impacto que o dinheiro tem.

Outra das principais diferenças entre os Bancos éticos e os Bancos *mainstream*, prende-se com o facto dos primeiros não concederem créditos a empresas que desenvolvam atividades em setores considerados como nocivos à biodiversidade e com grandes impactes em termos de alterações climáticas. Por outro lado, o Triodos e o Co-operative também não concedem créditos a empresas que desenvolvam atividade: em certos tipos de agricultura intensiva e / ou usando métodos de manipulação genética; na produção e distribuição de energia nuclear ou produzida a partir de combustíveis fósseis; e em pesca não sustentável.

As análises realizadas permitem inferir que está a surgir dois tipos de bancos distintos, e cujas atividades estão relacionadas com a Missão específica de cada um dos bancos. Os bancos *mainstream*, normalmente com grande número de clientes, têm uma abordagem à sustentabilidade mais associada à reputação e à necessidade de ser percecionado como sendo uma empresa com preocupações ambientais e sociais; enquanto que os Bancos Éticos são bastante mais pequenos, têm uma análise de crédito mais exigente e com base num conjunto de valores éticos associados à forma como pretendem contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Na maioria dos casos, a missão dos bancos *mainstream* é maximizar o retorno para os acionistas, e nos bancos éticos essa missão está associada à maximização do bem-estar económico-social da sociedade.

5 | O pós crise financeira 2008-2009

Segundo um estudo realizado pelo Edelman Trust Barometer em 23 países⁵ divulgado no primeiro trimestre de 2011, e numa lista de 16 setores, o setor bancário tem a posição 15^a relativamente ao nível de confiança que os consumidores lhe atribuem. Atendendo que a confiança é o ativo principal de um banco, podemos induzir que os bancos estão em geral, com problemas fundamentais relativamente à perceção que existe da implementação do seu dever fiduciário.

Esta desconfiança pode ser melhor compreendida se analisarmos os resultados de uma sondagem feita pela Mori e Euris⁶ em Novembro de 2010 no Reino Unido, e que pretendia analisar a perceção da sociedade face aos bancos. Os resultados deste inquérito mostraram que:

- 66% dos inquiridos acreditam que os bancos e outras instituições financeiras não aprenderam as lições necessárias mesmo após crise financeira, e que a forma de fazer negócio se manteve sem alterações;
- 82% afirmam que é importante que as entidades financeiras tenham maior atenção aos riscos ambientais, sociais e de governance quando estão a decidir os seus investimentos e empréstimos, de forma a garantirem um bom retorno financeiro
- 77% dos inquiridos defendem que as instituições financeiras deveriam divulgar informação acerca de “como” e “onde” estão a ser investidas as poupanças dos seus cliente, via empréstimos que realizam
- 38% dos inquiridos afirmaram que estariam mais disponíveis para mudar de banco se existisse mais informação sobre produtos financeiros éticos ou produtos verdes
- 37% dos inquiridos afirmam também que estariam mais dispostos a mudar se existisse mais informação acerca de como esses produtos financeiros verdes e

⁵ Para ver outros indicadores deste estudo consulte: <http://www.grupogci.net/pt/knowledge/edelman-trust-barometer/>

⁶ <http://www.eiris.org/media.html#CharitySurv2011>

éticos fazem a diferença a nível do desenvolvimento económico, social e ambiental do mundo

Estes resultados evidenciam assim uma tendência crescente sobre as exigências e expectativas que a sociedade vai tendo sobre qual é, afinal, o papel dos bancos na economia. Estas novas exigências podem vir a implicar alterações futuras na forma como os bancos encaram o seu negócio e se relacionam com os seus clientes.

Estes temas não são meras utopias, mas sim assuntos importantes e com impactes reais no negócio do banco. A Associação Europeia dos bancos de Retalho (*European Savings Banks Group*) publicou em 2008⁷, uma carta de princípios relativamente às boas práticas de negócio nos bancos, tenho reconhecido que:

“... environmental issues are becoming one of the main collective hazards ever experienced worldwide” ...

e que os bancos necessitam de:

“consider the impact of their business on the environment, both direct ... and indirect in terms of clients and suppliers; ...; promote products and services that respect social, environmental and sustainable development criteria” .

Todos estes desenvolvimentos apontam para a necessidade de se criarem novas forma de financiar a economia e a sociedade. É necessário antecipar as exigências legais que irão surgir e compreender que as expectativas da sociedade, que constituem a base de clientes dos bancos, estão a mudar.

⁷ Este “Charter for Responsible Business” nos bancos pode ser obtido em: <http://www.esbg.eu/uploadedFiles/ESBG/charter%20screen%20view.pdf>

6 | Referências para aprofundamento

SITES: <http://opbpl.cies.iscte.pt>; <http://www.sustentare.pt/parcerias.html>

BOOKS:

BankTrack, 2008. Mind the GAP. Bank Track

Bossone, B., 2001. Do banks have a future? A study on banking and finance as we move into the third millennium. *Journal of Banking & Finance*. Vol. 25, pp. 2239-2276.

Bouma, J. Jeucken, M. & Klinkers, L., 2001. Sustainable Banking. Greenleaf Publishing Limited.

Boyd, J., Prescott, E., 1985. Financial Intermediary-Coalitions. Federal Reserve Bank of Minneapolis, July 1985, Report 87.

Case, P., 1999. Environmental risk management and corporate lending - a global Perspective. Woodhead Publishing Limited.

Coulson, A. Monks, V., 1999. Corporate environmental performance considerations within banking lending decisions. *Eco-Management and Auditing Review* 6, 1-10

Decker, O., 2004. Corporate Social Responsibility and Structural Change in financial services. *Managerial Auditing Journal*, Vol.19, N.16, pp.712-738.

Diamond, D., 1984. Financial Intermediation and Delegated Monitoring. *Review of Economic Studies*. LI, pp. 393-414.

Diamond, D., 1991. Monitoring and reputation: the choice between bank loans and directly placed debt. *Journal of Political Economy*. Vol. 99, pp. 689-720.

Freshfields, 2005. The world bank is not enough: Equator Principles Survey. Freshfields.



Jeucken, M. Bouma, J. 1999. The changing environment of banks.

Jeuken, B., 2001. Sustainable Banking, the greening of finance. Greenleaf

McKenzie, G. Wolfe, S., 2004. The impact of environmental risk on the UK banking sector. Applied Financial Economics, Vol. 14, pp. 1005-1016.

Richardson B., 2005. The Equator Principles: The Voluntary approach to environmentally sustainable finance. European Environmental Law Review, November 2005, pp. 280-290.

Sarokin, D. Schulkin, J., 1991. Environmentalism and the right to know, expanding the practice of democracy. Ecological Economics, Volume 4, 1991.

Schaper, M., 2008. Leveraging green power: environmental rules for project finance. Berkeley Electronic Press.

Scholtens, B., Dam, L., 2007. Banking on the Equator: are banks adopted the Equator Principles different from nonadopters? World Development, vol. 35, no. 8, 2007

Soppe A., 2004. Sustainable Corporate Finance. Journal of Business Ethics 53, pp. 213-224

Thompson, P., 1998 b. Assessing the environmental risk exposure of UK banks. International Journal of Bank Marketing, 16/3, pp. 129-139.

Weber, O., Fenchel, M. & Scholz, R., 2006. Empirical Analysis of the Integration of Environmental Risks into the credit risk management process of European Banks. Business Strategy and the Environment. DOI: 10.1002/bse.507olicy:



carbon
neutral

Política Ambiental

Os Cadernos Eletrónicos publicados pelo Observatório Português de Boas Práticas Laborais (OPBPL) são livres de CO₂; todas as práticas laborais do OPBPL respeitam o ambiente e orientam-se para a sustentabilidade



offsete • apague a sua marca

| www.off7.pt